



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
PARTE C	CHEFIA DO GOVERNO:
	<i>Direcção-Geral da Administração Pública.</i>
	Extracto de despacho n° 611/2012:
	Transitando Fernando Carvalho Pereira, coronel na reserva, para a situação de reforma..... 612
	Extracto de despacho n° 612/2012:
	Transitando Jorge Paulo Monteiro, coronel na reserva, para a situação de reforma..... 612
	MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
	<i>Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão</i>
	Extracto de despacho n° 613/2012:
	Reconduzindo, Jair da Graça Rodrigues, nas funções de Director de Formação, Estudos, Investigação e Prevenção de Riscos do Serviço Nacional de Protecção Civil..... 612
Extracto de despacho n° 614/2012:	
Nomeando Rosilda Monteiro, para em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Directora de Serviços da Segurança Rodoviária da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários do Ministério da Administração Interna..... 612	

PARTE G**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ:****Câmara Municipal:****Deliberação nº 49/2012:**

Deferido o pedido de suspensão de mandato de Silvino Pires Amador do cargo de vereador da Câmara Municipal de Santa Cruz..... 613

Deliberação nº 50/2012:

Progridem para escalões imediatamente superior, os funcionários Leandro Garcia Tavares, José Maria Moreira Tavares, Eufémio dos Santos Carvalho Silva, Erminalda da Conceição M. Freire Tavares, Lourença Lopes da Silva, Ana Maria Ramos dos Santos, e Armindo Varela..... 613

PARTE I 1**MANISTÉRIO DA JUSTIÇA:****Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:****Anúncio de concurso nº 15/2012:**

Lista de classificação final do concurso interno de acesso para o preenchimento de vagas na carreira de oficiais Ajudantes do quadro de pessoal dos Registos Notariado e Identificação. 613

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL:**Secretaria:****Anúncio de eleição nº 1/2012:**

Anunciando eleições para os membro do Conselho Superior da Magistratura Judicial..... 614

Anúncio de concurso nº 16/2012:

Anunciando abertura de concurso para o preenchimento de vagas de Juiz Assistente no quadro da Magistratura Judicial..... 614

PARTE C**CHEFIA DO GOVERNO**

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Extracto de despacho nº 611/2012 – De S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 20 de Abril de 2012:

Fernando Carvalho Pereira, coronel na reserva, enquadrado no escalão “D”, a que corresponde o índice 1078 – transita para a situação de reforma, ao abrigo da alínea *b*), nº 1 do artigo 156º, do Estatuto dos Militares, com direito à pensão anual de 1.938.014\$04 (um milhão, novecentos e trinta e oito mil, catorze escudos e quatro centavos), calculada nos termos dos artigos 4º e 5º do Decreto-Lei nº 38/2008, de 24 de Novembro.

Extracto de despacho nº 612/2012 – De S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 20 de Abril de 2012:

Jorge Paulo Monteiro, coronel na reserva, enquadrado no escalão “D”, a que corresponde o índice 1078 – transita para a situação de reforma, ao abrigo da alínea *b*), nº. 1 do artigo 156º, do Estatuto dos Militares, com direito à pensão anual de 1.938.014\$04 (um milhão, novecentos e trinta e oito mil, catorze escudos e quatro centavos), calculada nos termos dos artigos 4º e 5º do Decreto-Lei nº. 38/2008, de 24 de Novembro.

As despesas têm cabimento no Capítulo 30.20, Divisão 04, Código 03.05.03.01.01 do orçamento vigente. – (Visados pelo Tribunal de Contas, em 5 de Maio de 2012).

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 7 de Maio de 2012. – A Directora-Geral, *Carmelita Salomé Santos*.

**MINISTÉRIO
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA****Direcção-Geral de Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Extracto do despacho nº 613/2012 – De S. Ex^a a Ministra da Administração Interna:

De 19 de Janeiro de 2012:

Jair da Graça Rodrigues, licenciado em geologia aplicada e do ambiente, nomeado por despacho de S. Ex^a o Ministro da Administração Interna, de 2 de Setembro de 2009, para em comissão de serviço, desempenhar as funções de Director de Formação, Estudos, Investigação e Prevenção de Riscos do Serviço Nacional de Protecção Civil do Ministério da Administração Interna, conforme publicação no *Boletim Oficial* nº 42, II Série, de 4 de Novembro de 2009, reconduzido no respectivo cargo, de conformidade com o nº 2 do artigo 3º e alínea *c*) do nº 6 do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho.

O encargo correspondente serão suportados pela dotação inscrita no código económico 03.01.01.01.02 – pessoal do quadro do Serviço Nacional de Protecção Civil do Ministério da Administração Interna. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Abril de 2012).

Extracto do despacho nº 614/2012 – De S. Ex^a a Ministra da Administração Interna:

De 23 de Fevereiro de 2012:

Ao abrigo do disposto no nº 2, do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com o artigo 14º, alínea *a*) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, nomeio Rosilda Monteiro, licenciada em ciências de educação, para em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Directora de Serviços da Segurança Rodoviária da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários do Ministério da Administração Interna, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

Os encargos com a referida nomeação têm dotação inscrita na rubrica 02.01.01.02.09 - Outros suplementos e abonos do orçamento da Direcção Geral dos Transportes Rodoviários. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Abril de 2012.)

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Administração interna, na Praia, aos 3 de Maio de 2012. – A Directora-Geral, *Ana Paula B. da Silva Costa*.

PARTE G**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ****Câmara Municipal****Deliberação nº 49/2012**

Nos termos do artigo 58º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho é deferido o pedido de suspensão de mandato do Senhor Silvino Pires Amador do cargo de vereador da Câmara Municipal de Santa Cruz, com efeito a partir do dia 30 de Novembro de 2011.

Câmara Municipal de Santa Cruz, aos 2 de Abril de 2012. – O Presidente, *Orlando Fernandes Lopes Sanches*.

Deliberação nº 50/2012**de 17 de Abril**

Nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, conjugado com os artigos 3º e 4º do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto, prorrogam para escalões imediatamente superior e com efeito a partir da data da sua publicação, os funcionários abaixo indicados.

Leandro Garcia Tavares, técnico profissional, referência 8, escalão C, para escalão D, da mesma referência.

José Maria Moreira Tavares, condutor, referência 4, escalão B, para escalão C, da mesma referência.

Eufémio dos Santos Carvalho Silva, oficial principal, referência 9, escalão E, para escalão F da mesma referência,

Erminalda da Conceição M. Freire Tavares, assistente administrativo, referência 6 escalão A, para escalão B da mesma referência.

Lourença Lopes da Silva, assistente administrativo, referência 6, escalão C, para escalão D da mesma referência.

Ana Maria Ramos dos Santos, assistente administrativo, referência 6, escalão B, para escalão C da mesma referência.

Armindo Varela, assistente administrativo, referência 6, escalão D, para escalão E da mesma referência.

As despesas têm cabimento no código 03.01.04.03 do Orçamento Vigente da Câmara Municipal de Santa Cruz. – Isento do visto de Tribunal de Contas nos termos da alínea n) do nº 1 do artigo 14º da Lei nº 84/IV/93, de 12 de Julho.

Câmara Municipal de Santa Cruz, aos 18 de Abril de 2012. – O Secretário Municipal, *Anastácio Alves Mendes*.

PARTE I 1**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação****Anúncio de concurso nº 15/2012**

Lista de classificação final do concurso interno de acesso para o preenchimento de vagas na carreira de oficiais Ajudantes do quadro de pessoal dos Registos Notariado e Identificação

De conformidade com os anúncios publicados na III Série, do *Boletim Oficial* nº 50, de 24 de Dezembro de 2010 e III Série do *Boletim Oficial* nº 18, de 20 de Maio de 2011, para conhecimento dos interessados torna-se público a lista classificativa final dos candidatos aprovados e reprovados no concurso interno de acesso para o preenchimento de 24 vagas para a categoria de oficial 3º Ajudante, 21 vagas para a categoria de oficial 2º Ajudante, 13 vagas para a categoria de oficial 1º Ajudante e 8 vagas para a categoria de oficial Ajudante principal, dos Registos, Notariado e Identificação, homologados por despachos de S. Exª o Ministro da Justiça 29 de Junho e 27 de Dezembro de 2011, respectivamente.

Candidatos aprovados para preenchimento de 24 vagas para categoria de oficial 3º Ajudante

Nome	NOTA OBTIDA	CLASSIFICAÇÃO
Elisabeth Pires Brandão Correia	17,2	Aprovada – 1º classificado
Tatiana Deolinda Barbosa da Silva	16,95	Aprovada – 2º classificado
Carla Monteiro Varela	16,7	Aprovada – 3º classificado
Eneida Alita Levy Amarante	16,7	Aprovada – 4º classificado
Carlos de Carvalho Évora	16,45	Aprovado – 5º classificado
José Manuel Santos Fernandes	16,3	Aprovado – 6º classificado

José da Silva Gonçalves	15,8	Aprovado – 7º classificado
Maria Vieira Fernandes	15,8	Aprovada – 8º classificado
Helder Apolinário Semedo Silves Ferreira	15,45	Aprovado – 9º classificado
Maria Nazaré Alves Monteiro	15,4	Aprovada – 10º classificado
Eunice Isabel Monteiro Correia	15,25	Aprovada – 11º classificado
Bernardete Mendes Furtado	15,05	Aprovada – 12º classificado
Ana Maria Barros Andrade Barbosa	14,5	Aprovada – 13º classificado
Marisia dos Santos Silva Noro	13,8	Aprovada – 14º classificado
Eva Furtado de Andrade	13,75	Aprovada – 15º classificado
Maria da Luz Rodrigues Silva Ramos dos Reis	13,65	Aprovada – 16º classificado
Alberta Lopes Almeida	13,5	Aprovada – 17º classificado
José Carlos Brandão de Oliveira	13,5	Aprovado – 18º classificado
José Júlio Duarte Ramos	13,5	Aprovado – 19º classificado
Maria do Carmo da Silva Gonçalves	13,45	Aprovada – 20º classificado
Dionisia Mafalda Silva Soares	13,3	Aprovada – 21º classificado
Emanuel Lopes de Carvalho Afonso	13,2	Aprovado – 22º classificado
Aldina Verissimo Vasconcelos E Gomes	12,85	Aprovada – 23º classificado
Fernando Jorge Correia Semedo	12,85	Aprovado – 24º classificado
Ermelinda Eugénia dos Reis Barbosa	12,75	Aprovada – 25º classificado
Elsa Fernandes de Oliveira da Fonseca	12,5	Aprovada – 26º classificado
Ilídio Varela Miranda	12,25	Aprovado – 27º classificado
José Jorge Barbosa Gomes Tavares	12,05	Aprovado – 28º classificado
Maria de Fátima da Luz	12,05	Aprovada – 29º classificado
Rita Maria Tavares Freire Landim Silva	11,85	Aprovada – 30º classificado

Margarida de Pina Ribeiro Mendes	11,8	Aprovada – 31º classificado
Maria da Conceição Vaz Tavares Hernandez	11,7	Aprovada – 32º classificado
Maria Senhorina Silva Guilherme	11,7	Aprovada – 33º classificado
João Alessandro S. Marques B. Amado	11,65	Aprovado – 34º classificado
Roberto Carlos Barros Ferreira	11,55	Aprovado – 35º classificado
José do Livramento da Silva Martins	11,3	Aprovado – 36º classificado
Hermínia Silva Varela	11,15	Aprovada – 37º classificado
Vicente Canifa Rodrigues	11,15	Aprovado – 38º classificado
Euridice Mendes Moreno	10,95	Aprovada – 39º classificado
Jorge Humberto Nascimento Santos	10,85	Aprovado – 40º classificado
Maria Teresa Fortes	10,4	Aprovada – 41º classificado
Maria do Carmo Tavares Moniz	10,25	Aprovada – 42º classificado
Lina Paulina Monteiro Soares	10	Aprovada – 43º classificado
Daniel Lopes Ferreira	9,8	Aprovado – 44º classificado
Marise Estrela Ramos	9,8	Aprovada – 45º classificado
Tomázia Moreira	9,6	Aprovada – 46º classificado
Ruth Evelise Pereira Barbosa Lopes Lima	9,55	Aprovada – 47º classificado
Lavínia Lima Oliveira Santos dos Reis	9,5	Aprovada – 48º classificado
Valdemar Monteiro Correia	9,5	Aprovado – 49º classificado

Candidatos reprovados para preenchimento de vagas para categoria de oficial 3º Ajudante

Nome	Nota Obtida	Classificação
Maria Teresa do Rosário Silva Ramos	8,15	Reprovada
Terezinha de Jesus Tavares Ortet Afonso	8,1	Reprovada
Maria Mendes da Silva	7,9	Reprovada
João Bernardo Mendes Correia	7,25	Reprovado
Daniel Silva Moreno	7,4	Reprovado
Maria de Lourdes Soares Rodrigues	7,1	Reprovada
Estefânia Gomes Silva	6,6	Reprovada
Elis Regina Évora Monteiro	6,5	Reprovada
Isabel Maria Gomes Sanches Martins	4,6	Reprovada
Maria da Conceição Lopes Napêso	3,25	Reprovada

Lista dos candidatos aprovados para preenchimento de 21 vagas para categoria de oficial 2º Ajudante

Nome	Nota Obtida	Classificação
Maria do Céu Monteiro Rocha	15,95	Aprovada – 1º Classificado
Maria Lopes Monteiro	15,75	Aprovada – 2º Classificado
Silvia Miranda Torres	12,95	Aprovada – 3º Classificado
Maria do Rosário de Fátima Brito Vieira	12,75	Aprovada – 4º Classificado
Maria Eduarda Vaz Tavares	12,25	Aprovada – 5º Classificado
Amenildo de Jesus Mendes Moreira	11	Aprovado – 6º Classificado
Anilda Filomena da Cruz de Pina Oliveira	9,5	Aprovada – 7º Classificado

Lista dos candidatos reprovados para preenchimento de vagas para categoria de oficial 2º Ajudante

Nome	Nota Obtida	Classificação
Adriano Jorge Dos Santos Silva Noro	6,45	Reprovado
Maria Margarida Lopes Monteiro	4,75	Reprovada
Maria da Cruz Lopes Rebelo Medina	FALTOU	Reprovada

Lista dos candidatos aprovados para preenchimento de vagas para categoria de oficial principal

Nome	Nota Obtida	Classificação
Augusto Alberto Mendes	18	Aprovado - 1º classificado
Silvestre da Circuncisão Oliveira	14,3	Aprovado - 2º classificado

Direção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, Praia 12 de Abril de 2012. – A Directora-Geral p/substituição, Maria Albertina Tavares Duarte

—oço—

**CONSELHO SUPERIOR
DA MAGISTRATURA JUDICIAL**

Secretaria

Anúncio de eleição n.º 1/2012

Dando cumprimento à Deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial, de 30 de Abril de 2012, e nos termos dos artigos 15º e 20º da Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de Fevereiro, são avisados os Magistrados Judiciais em efetividade de funções de que terão lugar em data a fixar oportunamente, as eleições para o preenchimento de dois lugares de membro do Conselho Superior da Magistratura Judicial, previstos no art.º 223º n.º 5 alínea c) da Constituição da República e art.º 4º alínea c) da Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de Fevereiro.

Mais se avisa que as candidaturas deverão ser apresentadas na Comissão Eleitoral, a funcionar na Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação do presente anúncio no *Boletim Oficial*, com observância do disposto no supra citado art.º 20º, n.º 1 da Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de Fevereiro.

A Comissão Eleitoral é composta pela Senhora Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, pelos Vogais do mesmo Órgão Colegial, Sr.ºs Dr.ºs Bernardino Delgado e Silvino Amador, e pelos Magistrados Judiciais, Dr.ºs Ana Livramento dos Reis e Júlio Afonso.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 2 de Maio 2012. – O Secretário, *Antonino Joaquim Delgado*

Anúncio de concurso n.º 16/2012

Nos termos do n.º 2 do art. 10º e 11º e n.º 1 da Lei n.º 1/VIII/2011 de 20 de Junho, torna-se público que, por deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial, datado de 30 de Abril de 2012, se encontra aberto um concurso para o preenchimento de sete (7) vagas de Juiz Assistente no quadro da Magistratura Judicial.

As candidaturas devem ser dirigidas à Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial no prazo de 15 dias a contar da publicação do presente anúncio no *Boletim Oficial*, em requerimento contendo os elementos de identificação, a entregar na Secretaria do mesmo Conselho, sito em Achada Santo António, (prédio por detrás do Ministério da Justiça), devidamente instruído com os seguintes documentos:

a) Certidão de nascimento;

- b) Certificado de licenciatura em Direito oficialmente reconhecido;
- c) Certificado do Registo Criminal;
- d) Atestado Médico;
- e) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou passaporte;
- f) Uma fotografia.

A composição do Júri é a seguinte:

- a) Dra. Januária Tavares Silva Moreira Costa - Juiz de Direito e vogal do CSMJ que preside
- b) Dr. Simão António Santos - Juiz de Direito e vogal do CSMJ
- c) Dr. Ricardo Cláudio Monteiro Gonçalves - Juiz de Direito - Vogal do CSMJ
- d) Dra. Rosa Carlota Martins Branco Vicente - Juiz de Direito.
- e) Dra. Dirce Piloto Varela - Psicóloga

Oportunamente serão indicados a data e o local da realização das provas práticas de conhecimentos.

REGULAMENTO DO CONCURSO

Artigo 1º

Das candidaturas

Requisitos de admissão a concurso

1. Poderão candidatar-se os cidadãos cabo-verdianos maiores de vinte e cinco anos de idade, possuidores de uma licenciatura em Direito oficialmente reconhecida, que estejam em pleno gozo dos seus direitos civis e políticos e que demonstrem possuir boa conduta cívica e moral.
2. Para além dos requisitos enunciados no número anterior, só poderão ser admitidos a concurso os candidatos que preencham os requisitos gerais para o provimento em funções públicas.

Artigo 2º

Lista provisória de candidatos

1. Findo o prazo de apresentação de candidaturas, o júri deverá elaborar, no prazo de 10 dias, a lista provisória dos candidatos admitidos a concurso e dos excluídos, com indicação fundamentada dos motivos de exclusão.
2. Concluída a elaboração da lista, o júri promoverá a sua comunicação aos concorrentes pela via mais eficiente.

Artigo 3º

Lista definitiva de candidatos

Decorridos os prazos previstos no artigo anterior, o júri elaborará a lista definitiva dos candidatos e promoverá a sua comunicação aos concorrentes pela via mais eficiente.

Artigo 4º

1. O concurso é constituído por provas escritas de conhecimento, que podem versar sobre uma hipótese prática, um texto para análise e comentário ou na resposta directa a questões sobre determinada matéria.
2. Estas provas serão classificadas de acordo com a escala de 0 a 20 valores.

Artigo 5º

As provas escritas de conhecimento incidem sobre as seguintes áreas do Direito:

- a) Direito Constitucional;
- b) Direito Administrativo;

- c) Direito Civil;
- d) Direito Processual Civil;
- e) Direito Penal;
- f) Direito Processual Penal;
- g) Direito Comercial;
- h) Direito do Trabalho;
- i) Organização Judiciária.

Artigo 6º

1. É permitida a consulta de códigos não anotados e legislação avulsa específica.
2. As provas têm lugar na sala de reuniões do Conselho Superior da Magistratura Judicial em dias e horas previamente determinados pelo júri.
3. Cada prova escrita de conhecimento tem a duração máxima de duas horas.

Artigo 7º

O Conselho Superior da Magistratura pode, a par do Júri constituído, deliberar no sentido da constituição de examinadores auxiliares em relação a cada prova.

Artigo 8º

1. O Júri é responsável por todas as operações de admissão a concurso, selecção do concorrente e sua classificação final.
2. No âmbito do disposto no número anterior compete, designadamente ao Júri:
 - a) Apreciar a regularidade dos processos de candidatura;
 - b) Proceder a admissão e exclusão dos concorrentes;
 - c) Elaborar e fazer publicar a lista dos concorrentes;
 - d) Marcar a data de prestação das provas;
 - e) Elaborar o enunciado das provas e as respectivas grelhas de Correção;
 - f) Apreciar as reclamações apresentadas pelos candidatos;
 - g) Proceder à classificação final dos candidatos bem como à sua ordenação na lista de classificação final.

Artigo 9º

1. Para efeitos de apuramento da classificação final das provas escritas, far-se-á o agrupamento dos resultados obtidos em cada uma das provas escritas, e a média aritmética global, tendo por base uma escala de 0 a 20 valores.
2. É obrigatória a classificação positiva nas provas de Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Processual Penal.
3. Serão excluídos os candidatos cuja classificação final seja inferior a 10 valores.
4. A comunicação da lista de classificação final da prova escrita faz-se por meio de edital afixado na sede do CSMJ;

Artigo 10º

1. Os candidatos aprovados na prova escrita são submetidos a avaliação psicológica que visa avaliar as capacidades e as características de personalidade dos candidatos para o exercício da magistratura, mediante a utilização de técnicas psicológicas.

2. Os testes psicológicos serão elaborados e aplicados pelo psicólogo integrante do Júri;

3. No prazo de dez dias, o avaliador emite um parecer contendo o resultado dessa avaliação em “favorável” ou “não favorável”;

4. O parecer indica as técnicas psicológicas utilizadas,

5. Determina a exclusão do concurso o candidato que obtiver no parecer a menção “não favorável”.

Artigo 11º

1. Os candidatos aprovados são submetidos a entrevistas pelo colectivo do júri com o objectivo de, através da discussão do seu percurso e actividade curricular, avaliar e classificar a consistência e relevância dos conhecimentos pessoais do candidato para o exercício da magistratura, podendo incluir uma discussão sobre temas de direito.

2. Esta prova é classificada de acordo com a escala de 0 a 20 valores.

Artigo 12º

Para efeitos de apuramento da classificação final, far-se-á o agrupamento dos resultados obtidos na classificação final nas provas de conhecimento e na entrevista e a média aritmética global, tendo por base uma escala de 0 a 20 valores.

Artigo 13º

No prazo de 10 dias úteis a contar do termo das provas, o júri procederá à ordenação dos candidatos por ordem decrescente da média de classificação obtida nos termos do artigo anterior e elaborará a acta contendo a respectiva lista de classificação final e sua fundamentação.

Artigo 14º

A lista de classificação final será sujeita à homologação do Conselho Superior da Magistratura Judicial, devendo ser publicada no *Boletim Oficial*, no prazo de oito dias úteis.

Artigo 15º

1. Das decisões adoptadas no processo de concurso cabe reclamação e ou recurso nos termos da lei geral e do presente regulamento.

2. Da publicação da lista definitiva cabe recurso contencioso nos termos da lei.

Artigo 16º

Em tudo quanto não venha especialmente previsto no presente regulamento aplica-se, com as necessárias adaptações, a legislação vigente sobre concursos.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 3 de Maio 2012. – O Secretário, *Antonino Joaquim Delgado*.



II SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto Publicação de Sociedade n° 170/2012:

Certificando um contrato de alteração do objecto da sociedade comercial denominada “NORDICAVE SHIPPING, LDA” 142

Extracto Publicação de Sociedade n° 171/2012:

Certificando uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ACHADA RIBA – ADCAR”. 142

Extracto Publicação de Sociedade n° 172/2012:

Certificando uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO DOS NACIONAIS, NATURAIIS E SIMPATIZANTES DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – ASTP”. 142

Extracto Publicação de Sociedade n° 173/2012:

Certificando uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DO CONDOMÍNIO MILCAR – APCM”. 142

Extracto Publicação de Sociedade n° 174/2012:

Certificando um averbamento de alteração do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, MULTINVESTE, LDA” 143

Extracto Publicação de Sociedade n° 175/2012:

Certificando um averbamento de alteração do artigo 3º do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, “MULTINVESTE, LDA” 143

Extracto Publicação de Sociedade n° 176/2012:

Certificando uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO ESPERANÇA JUVENIL DE RENQUE PURGA”. ... 143

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação****Conservatória dos Registos da Região da Praia****Extracto Publicação de Sociedade nº 170/2012:**

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um contrato de alteração do objecto da sociedade comercial denominada “NORDICAVE SHIPPING, LDA”, com sede em Tira-Chapéu – Cidade da Praia e o capital social de 3.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2521/2007/10/04.

Em consequência alteram o artigo correspondente que passa a ter a seguinte e nova redacção:

ARTIGO ALTERADO: 3.º

TERMOS DA ALTERAÇÃO:

OBJECTO:

Agência marítima em quaisquer portos de Cabo Verde ou no estrangeiro, podendo, designadamente:

- a) Em nome e por conta e ordem de armadores ou transportadores marítimos, executar e promover, junto das autoridades portuárias ou de outras entidades, os actos ou diligências relacionados com a entrada, estadia e saída dos navios que lhe estejam consignados e defender os respectivos interesses;
- b) Em nome e por conta e ordem de armadores ou transportadores marítimos, celebrar contratos de transporte marítimo;
- c) Actuar como mandatário de armadores ou transportadores marítimos e, nessa qualidade, emitir, assinar, alterar ou validar conhecimentos de carga, proceder ou mandar proceder aos trâmites exigidos à recepção de mercadorias para embarque ou à entrega de mercadorias desembarcadas e desenvolver as acções complementares que a lei lhes faculte;
- d) Prestar protecção, apoio e assistência a armadores ou transportadores marítimos de que sejam representantes.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 11 de Abril de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto Publicação de Sociedade nº 171/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9.º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ACHADA RIBA – ADCAR”, com sede em Achada Riba, Achada Santo António – Cidade da Praia, de duração indeterminada, com o património inicial de vinte mil escudos, tendo por finalidade principal:

Promover e defender os interesses e o desenvolvimento da zona de Achada Riba e da sua população.

Membros da direcção:

Presidente do conselho directivo: Germano Lopes Almeida.

Presidente da mesa da assembleia: Henrique Monteiro.

Presidente do conselho fiscal: José Luis Barbosa

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 18 de Abril de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto Publicação de Sociedade nº 172/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9.º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO DOS NACIONAIS, NATURAIS E SIMPATIZANTES DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – ASTP”, com sede na Fazenda – Cidade da Praia, de duração indeterminada, com o património inicial de dez mil escudos, tendo por finalidade principal:

A promoção e defesa dos legítimos interesses dos seus associados e visa a integração, desenvolvimento profissional, social e cultural dos mesmos.

Membros da direcção:

Presidente do conselho directivo: Suzana da Moura Soares.

Presidente da mesa da assembleia-geral: João Martins de Pina.

Presidente do conselho fiscal: Adilson Barbosa Afonso Neto.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 24 de Abril de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto Publicação de Sociedade nº 173/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9.º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DO CONDOMÍNIO MILCAR – APCM”, com sede em Praia Negra – Cidade da Praia, de duração indeterminada, com o património inicial de duzentos e cinquenta mil escudos, tendo por finalidade principal:

Prestar serviços de apoio logístico, segurança, conservação e manutenção das propriedades dos moradores do condomínio Milcar.

Membros da direcção:

Presidente do conselho directivo: IEFP, representado pelo Sr. Olívio Mendes Ribeiro.

Vice-presidente da mesa da assembleia-geral: Milcar, Lda, representada pelo Sr. Gerson Paulo Dupret Tavares.

Presidente do conselho fiscal: Cruz Vermelha de Cabo Verde, representada pelo Sr. João Leal Mendes.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 24 de Abril de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santa Catarina**Extracto Publicação de Sociedade nº 174/2012:**

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: MARIA IVETE SANTO DA SILVA MARQUES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração do artigo 4º do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, “MULTINVESTES, LDA”, com sede social em Bolanha – Cidade de Assomada, Freguesia e Concelho de Santa Catarina, matriculada nesta Conservatória sob o nº 125/2007.04.09, cujo capital social é de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos).

Na sequência da alteração acima referida, a sociedade passa a ter os seguintes sócios e quotas:

SÓCIOS E QUOTAS:

- 1 - António Gonçalves Correia, NIF 103300899, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de Santa Catarina, titular do Bilhete de Identidade nº 33008, emitido no dia 29.11.2005, pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal de Santa Catarina, residente nesta Cidade, com uma quota no valor nominal da 1.250.000\$00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil escudos), correspondente á 25% do capital social;
- 2 - Miguel Angelo da Silva Gomes, NIF 194502783, divorciado, de nacionalidade portuguesa, titular do Passaporte nº G833972, emitido no dia 13.02.2004, pelo Governo Civil de Braga, residente em Rua José Sarmanto, nº 21-5º Dto, c.p. 4705-103 – Braga – Portugal, com uma quota no valor nominal de 1.250.000\$00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil escudos), correspondente á 25% do capital social;
- 3 - João Miguel de Matos Fernandes, NIF 201913763, divorciado, de nacionalidade portuguesa, titular do Passaporte nº G834450, emitido no dia 26.02.2004, pelo Governo Civil de Braga, residente em Rua Padre Miranda nº 33 – Nogueira, c.p. 4715-165 – Braga, com uma quota no valor nominal de 1.250.000\$00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil escudos), correspondente á 25% do capital social;
- 4 - Dulcelina Tavares Teixeira, NIF 103007830, solteira, maior, titular do Bilhete de Identidade nº 30078, emitido no dia 19.12.2011, pelo Arquivo de Identificação Civil de Santa Cruz, residente em Achada Fátima, Cidade do Pedra Badejo, com uma quota no valor nominal da 500.000\$00 (quinhentos mil escudos), correspondente á 10% do capital social;
- 5 - Estevão de Nascimento Fernandes Baessa, NIF 108841901, solteiro, maior, titular do Bilhete de Identidade nº 88149, emitido no dia 23.06.2010, pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal da Praia, residente em Safende, Cidade da Praia, com uma quota no valor nominal da 500.000\$00 (quinhentos mil escudos), correspondente á 10% do capital social;
- 6 - Maria Olinda Mendes de Pina, NIF 153477024, solteira, maior, titular do Bilhete de Identidade nº 139801, emitido no dia 30.03.2007, pelo Arquivo de Identificação Civil de Santa Catarina, residente em Famões – Portugal, com uma quota no valor nominal da 250.000\$00 (duzentos e cinquenta mil escudos), correspondente á 5% do capital social.

Está conforme o original.

Registada sob o nº 1066/2012.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santa Catarina, aos 25 de Abril de 2012. – A Notária, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*.

Extracto Publicação de Sociedade nº 175/2012:

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: MARIA IVETE SANTO DA SILVA MARQUES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração do artigo 3º do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, “MULTINVESTES, LDA”, com sede social na Cidade de Assomada – Bolanha, Freguesia e Concelho de Santa Catarina, matriculada nesta Conservatória sob o número cento e vinte e cinco, de nove de Abril de dois mil e sete, cujo capital social é de 5000.000\$00 (cinco milhões escudos).

Na sequência da alteração acima referida, a sociedade passa a ter o seguinte objecto social:

OBJECTO SOCIAL: Importação e comercialização de materiais de construção civil, construção, remodelação e ou melhoramento de habitação e ou aldeamentos turísticos para venda e ou arrendamento, compra e venda de imóveis, aruamento e infraestruturacão, marcenaria, serralharia, carpintaria e caixilharia, importação e comercialização de produtos alimentares, representações.

A sociedade pode participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital de outras sociedades, nos termos permitidos por lei, mesmo que o objectivo desses agrupamentos complementares e ou empresas não coincida no todo ou em parte com aquele que a sociedade está exercendo, importação e comercialização de viaturas, equipamentos e máquinas diversas.

Está conforme o original.

Registada sob o nº 4046/2012.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santa Catarina, aos 25 de Abril de 2012. – A Notária, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*.

Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santa Cruz**Extracto Publicação de Sociedade nº 176/2012:**

O NOTÁRIO: VICTOR MANUEL FURTADO DA VEIGA

EXTRACTO

Certifico, narrativamente e para efeitos de publicação, nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9º da Lei 25/IV/2003, de 20 de Julho, que no Cartório Notarial de Santa Cruz e no dia vinte e cinco de Novembro de dois mil e onze, foi lavrada a folhas de 5 a 6 do livro de notas para escrituras diverso número 29/A uma escritura pública de constituição de uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO ESPERANÇA JUVENIL DE RENQUE PURGA” abreviadamente designado de AEJRP, com sede em Renque Purga e património inicial de oito mil escudos, tendo como objectivo objectivos desenvolver actividades sócio culturais, recreativas e desportivas;

Promover estudos, investigação, difusão de notícias de interesse para os jovens;

Empreender iniciativas destinadas à formação dos jovens da localidade de Renque Purga;

Realizar intercâmbios com organizações congéneres de outras localidades nacionais ou estrangeiras;

Desenvolver parcerias, projectos e programas para o voluntariado, empreendedorismo e empregabilidade dos jovens de Renque Purga;

Cooperar com todas as entidades publicas ou privadas, visando uma integração social dos jovens e para o desenvolvimento de políticas adequadas à sua condição.

Cartório Notarial de Santa Cruz, aos 29 de Novembro de 2011. – O Notário *Victor Manuel Furtado da Veiga*.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.